

# Projeto Interdisciplinar como Instrumento Pedagógico para a Educação Patrimonial dos Alunos no Ambiente Escolar

Joaquina Ianca dos Santos Miranda<sup>1</sup>, Luciano Tadeu Corrêa Medeiros<sup>2</sup>, Isabela Raiana Silva Rodrigues<sup>3</sup>, Izabela de Souza Atar<sup>4</sup>, Kassia Tayná Favacho Farias<sup>5</sup>, Luanna Gabrielle Nascimento Mendes de Oliveira<sup>6</sup>, Rayane de Andrade Silva<sup>7</sup>

<sup>1</sup> Autora Correspondente. Universidade Federal do Pará (UFPA) *Campus* Belém – Pará/Brasil. E-mail: joaquinaianca@gmail.com

<sup>2,3,4,5,6,7</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA) *Campus* Belém – Pará/Brasil.

**Abstract**— This work presents the descriptive exhibition of an Intervention Project applied in a public school in the city of Belém (PA), developed during the course component Supervised Management and Pedagogical Coordination in School Environments, during Pedagogy course from the Federal University of Pará, from November 14th to 28th, 2019. The objective is to produce an analysis of projects with transversal themes developed by undergraduate students and applied in schools under the interdisciplinary prism, with the purpose of Heritage Education of the students and, also, how the development of these actions impact the school community and what are its consequences in the students' practical life concerning taking care of the school's material heritage. The results show that developing projects in an interdisciplinary perspective requires dialogue between management, pedagogical coordination, teachers and students responsible for the preparation and execution of the projects presented, seeking to harmonize their implementation so that there is no damage to the mandatory workload proposed for the academic year of the students. Thus, it is evident the need for interventions that address cross-cutting themes in an interdisciplinary way, in particular, that address the topic of Heritage Education with Basic Education students, so that they realize the importance of taking care of school heritage as a common good to all, since, if preserved, they provide a better quality in the development of the social function of the school.

**Keywords**—*intervention project; public school heritage; patrimonial education; interdisciplinarity.*

## I. INTRODUÇÃO

O processo de formação do pedagogo requer que este futuro profissional seja envolvido em situações

onde se vivencia o confronto da teoria com a prática. Essas situações podem ser experimentadas durante o estágio supervisionado do curso de Pedagogia, componente curricular obrigatório e determinante para que os graduandos possam pôr em prática seu exercício profissional, visto que se encontram em processo de formação.

Este trabalho descreve a aplicação de um Projeto de Intervenção – quesito obrigatório do Estágio Supervisionado de Gestão e Coordenação Pedagógicas em Ambientes Escolares do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) –, desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Raymundo Martins Vianna, localizada na região urbana de Belém, capital do Estado do Pará, na região Norte do Brasil. O projeto de intervenção buscou trabalhar a Educação Patrimonial no ambiente escolar por meio da interdisciplinaridade. A escolha por discutir esse tema ocorreu após conversa com uma das coordenadoras da escola, que apontou uma grande preocupação devido às lacunas que perpassam esse assunto. Ela relatou que os alunos ainda não possuíam a postura de zelo e preservação do patrimônio público existente na escola. Para tanto, trabalhamos a temática pela ótica do que se tem discutido em relação às depredações do patrimônio e, então, desenvolvemos nossas discussões dentro dessa vertente que, segundo Priotto e Boneti (2009), são atos do cotidiano, como características de vandalismo, destruição, roubo ou furtos do patrimônio, que causam impacto tanto nos membros efetivos da instituição escolar quanto na comunidade em que a escola se encontra.

O objetivo deste trabalho é analisar as atividades extracurriculares desenvolvidas no âmbito da educação patrimonial escolar através do projeto de intervenção executado pelos estagiários e, como isso, compreender como o desenvolvimento dessas ações impactam a comunidade escolar e quais as consequências, na vida prática, dos aprendizados adquiridos pelos alunos durante a execução do

projeto em relação ao cuidar do patrimônio material da escola.

A partir dessas considerações iniciais, para desenvolvermos as discussões sobre nossos objetivos, fazemos os seguintes questionamentos: quais os enfrentamentos na efetivação dos projetos de intervenção extracurriculares sobre os temas transversais na perspectiva interdisciplinar e seus impactos na comunidade escolar? Qual a consequência do ensino proposto na realidade dos alunos em relação ao cuidar do patrimônio material da escola?

## II. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi desenvolvido por alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), no período de 14 a 28 de novembro do ano de 2019, durante a realização do componente curricular Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, que tem como quesito obrigatório para sua conclusão a elaboração e execução de uma proposta de intervenção como tarefa final. Trata-se de uma abordagem quali-quantitativa, que utiliza a aplicação do projeto de intervenção realizado pelos graduandos durante o estágio. A elaboração desse trabalho também contou com uma pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico, com pressupostos de autores que tratam de assuntos relacionados ao tema proposto.

O estágio se desenvolve em três momentos. O primeiro compreendeu a apresentação do *lôcus* de estágio e o acolhimento do estagiário nesse ambiente, momento também em que os professores supervisores orientaram os graduandos a observar as experiências vividas e produzir um relatório das observações feitas no ambiente e das ações práticas desenvolvidas por eles, sendo que esse relatório deveria apresentar sistematicamente a compreensão do graduando sobre o fazer dos profissionais que desenvolvem essas atividades. Essa etapa foi também o momento de se identificar as problemáticas presentes no ambiente observado. O segundo momento tratou-se do planejamento e a elaboração do projeto de intervenção, que foi desenvolvido tendo como foco os alunos da escola e buscou trabalhar as situações onde foram percebidas as maiores carências, assim como a necessidade de intervenção por meio de projetos extracurriculares. O terceiro e último momento foi a efetivação do projeto de intervenção.

Tanto o estágio quanto o projeto de intervenção foram realizados no turno da manhã, articulado em parceria com a coordenação escolar, e tiveram como público alvo os alunos atuantes no primeiro ano do Ensino Médio. Buscou-se desenvolver uma ação interdisciplinar, para não haver uma discordância com o cronograma de aulas da escola, por isso se tratar de um problema que havia sido identificado durante as observações realizadas na instituição. Foram selecionadas três turmas do primeiro ano, sendo elas: T101, T102 e a T103.

Em conjunto com a coordenação pedagógica, decidiu-se que o projeto deveria ser executado em três etapas e cada uma delas seria realizada em um dia da semana – sempre às quintas-feiras –, sendo que a ideia inicial era coincidir a conclusão do projeto com a Feira Cultural que a escola promove todos os anos, porém, não foi possível concretizar o cronograma para que a atividade coincidissem com a realização da feira, sendo o projeto executado posteriormente.

Para que melhor se compreendam as etapas do Projeto de Intervenção proposto, organizamos os caminhos percorridos até sua efetivação. Esses detalhes podem ser conferidos na figura a seguir.

FIGURA I. ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO



A etapa que foi denominada Traçar um Esquema de aplicação dividiu-se em duas fases. A articulação com professores, que teve o objetivo de ampliar a interdisciplinaridade e articular o projeto como uma ferramenta de ensino do currículo disciplinar. Para sua realização, ocorreram três processos: o primeiro foi a análise dos planos anuais das disciplinas do currículo escolar – quando identificamos quatro matérias para inserção no projeto, que estavam trabalhando eixos temáticos que poderiam abordar temas da Educação Patrimonial. O segundo foi um diálogo com os professores das disciplinas, quando se cogitou com esses professores a possibilidade dos mesmos trabalharem previamente esses temas, porém, apenas dois – os das disciplinas de filosofia e história – aceitaram auxiliar a partir dessa solicitação, assim, incluíram abordagens do tema em assuntos já trabalhado em sala de aula. Na sequência, foi feita a elaboração do plano de aula e a seleção das turmas – T101, T102, T103 – para aplicação do plano de intervenção, contou-se com o auxílio de um professor de matemática.

A segunda fase foi a articulação com os alunos, que tratou da aplicação do projeto com os alunos. Nesse momento, foi feita a aplicação de questionários para as três turmas do primeiro ano, objetivando identificar os conhecimentos prévios desses alunos em relação ao patrimônio público escolar, assim como a oportunidade de fazer a apresentação do projeto às turmas. Dessa forma, seguiu-se realizando a aplicação dos planos de aulas que seriam aplicadas nos dias programados – 14 e 21 de novembro – com as respectivas turmas. Tratava-se de uma aula onde se valorizava o diálogo com os alunos, desenvolvendo uma breve discussão sobre o assunto patrimônio escolar. Durante o diálogo, foram

mostrados aos alunos os valores de alguns bens materiais adquiridos pelo Estado, cujos custos foram calculados e, dentro desses, também foram incluídos valores de gastos com reformas na escola. A partir desses valores e da quantidade real de alguns materiais adquiridos pela escola ao longo do ano, propusemos um possível orçamento das pequenas reformas que os alunos gostariam que fossem executadas na escola. No último dia de aplicação do projeto, realizamos a exposição dos resultados da execução do plano de aula na sala de vídeo para as turmas T101 e T103.

### III. RESULTADOS

Os temas transversais e a interdisciplinaridade são elementos essenciais para o ensino e a aprendizagem dos saberes que são importantes para o desenvolvimento dos alunos da Educação Básica (SILVA & RIBEIRO, 2018), porém, os mesmos não costumam compor o desenho dos currículos elaborados pelas escolas, dá-se então a importância ao desenvolvimento de projetos que tenham como objetivo cumprir essa dupla finalidade (ASSMANN, 1996).

O projeto de intervenção desenvolvido pelos alunos do curso de Pedagogia tem exatamente esse foco, pois o mesmo foi construído dentro da perspectiva interdisciplinar e utilizou um tema transversal de notável importância, tanto para o aprendizado e desenvolvimento da formação dos alunos, como para a comunidade escolar e a preservação e conservação de seu patrimônio (SILVA & RIBEIRO, 2018), pois se tratou de “[...] um esforço de integração metodológica [...] a partir de vários ângulos [...] numa discussão interativa e intersubjetiva [...] de ‘interdisciplinaridade’ para tratar a relação entre duas ou mais disciplinas [...]” (MINAYO & MINAYO, 2003, p. 136). Um esforço importante e necessário no auxílio da afirmação do sentimento de pertencimento nos alunos, visto que, através da educação patrimonial, é possível propor a articulação de diferentes saberes e é essa interdisciplinaridade que amplia a eficácia do trabalho de conscientização (SILVA & RIBEIRO, 2018).

É nesse intuito que este projeto se dirigiu à reflexão da referida temática, buscando relacionar os gastos financeiros com o patrimônio público escolar e o ato de depredação na instituição, para dar suporte a outras disciplinas, como história e filosofia, que abordaram temáticas da educação patrimonial inseridas no seu cronograma de conteúdo anual (SILVA & RIBEIRO, 2018) e, assim, propor que a escola concretizasse seus esforços na manutenção de seu patrimônio material, dando continuidade e intensificando a importância de desenvolver estudos que possam intervir pedagogicamente (ASSMANN, 1996) para mudanças nas atitudes que se determinavam à deterioração e destruição do patrimônio escolar (SILVA & RIBEIRO, 2018). Logo, foi a partir da obtenção de informações e aprendizados que fazem conexão com a vida e a

realidade dos alunos (SOUZA, 2014) que se estabeleceu uma interação entre os processos cognitivos e a formação dos sujeitos para uma maior e mais significativa aprendizagem (ASSMANN, 1996).

O projeto de intervenção foi totalmente direcionado para a conscientização dos alunos (SOUZA, 2014) entre os gastos financeiros excedentes ocasionados com a reposição de materiais e reconstrução dos espaços do patrimônio público destruído e vandalizado (SILVA & RIBEIRO, 2018), identificando a ligação desses gastos com a depredação do patrimônio. Nessa perspectiva, o projeto de intervenção propôs um debate destacando o reconhecimento da intencionalidade, dos atos individuais – tanto na prevenção e conservação, quanto na depredação resultante do vandalismo presente na realidade escolar – (SOUZA, 2014), considerando o que Freire (1989) pauta como conduta correta quando se refere à prática educativa como válvula de concepção do indivíduo, com o espaço que o mesmo ocupa e as relações que envolvem estes sujeitos com o mundo.

Entende-se que o ato de propagar os saberes, considerando o cotidiano e a realidade do aluno, reflete-se no resultado das suas ações no trato da escola (SOUZA, 2014) e torna possível que o aprendizado do que lhe fora ensinado possa permanecer enraizado dentro desses indivíduos de forma a se construir uma nova identidade cultural (ASSMANN, 1996) em relação ao proceder para com o patrimônio público, pois este é comum a todos os sujeitos pertencentes ao meio onde o mesmo se encontra, estimulando esses agentes sociais à busca de ações que possam reduzir a frequência da atitude de vandalismo no espaço comum (SOUZA, 2014; SILVA & RIBEIRO, 2018).

Quanto ao problema da depredação do patrimônio público escolar, o mesmo é uma realidade que tem chamado a atenção de especialistas (SOUZA, 2014) e se tornado objeto de estudos de várias áreas do conhecimento, dentre as quais destacamos a própria Educação Patrimonial (SILVA & RIBEIRO, 2018; SOUZA, 2013). Entendemos que o aluno pesquisador, ao se encontrar envolvido nessa realidade escolar, deve se colocar na condição de educador, portanto, não deve se portar indiferente a essa problemática (SOUZA, 2014). Suas ações devem propor um projeto de intervenção, na tentativa de que se produzam algumas mudanças no cenário da escola, ou ao menos se minimizem as dificuldades enfrentadas por ela em relação aos problemas identificados (ASSMANN, 1996).

A partir dos questionários aplicados às turmas T102 e T103 foram obtidas algumas noções gerais do que os alunos compreendiam por patrimônio público, sumarizadas na tabela 2, apêndice 1.

A tabela 2 identifica o processo enfrentado pelos candidatos para ingressar como estagiários de docência na EA/UFPA e como esses são inicialmente admitidos de acordo com as questões administrativas da escola (BRASIL, 2003).

Acerca dessa compreensão nas turmas T102 e T103, resumimos as respostas dos 76 alunos participantes da aplicação do questionário, em dezesseis categorias evidenciadas na tabela a seguir:

TABLE I. NOÇÕES PRÉVIAS SOBRE PATRIMÔNIO PÚBLICO

<i>Categoria</i>	<i>Alunos</i>	<i>Percentual</i>
<i>Não sabem</i>	16	16%
<i>Local de acesso a todos</i>	19	29%
<i>Ambiente herdado historicamente</i>	4	6%
<i>Lugares pertencentes ao governo ou Estado</i>	5	8%
<i>Ambiente para pessoas de baixa renda</i>	1	2%
<i>Ligação entre o patrimônio público e Direito Público</i>	5	8%
<i>Lugar mantido pelos impostos</i>	4	6%
<i>Algo que deve ser conservado</i>	3	5%
<i>Obras feitas ao ar livre</i>	2	3%
<i>Bens de valor econômico pertencente a pessoa ou empresa</i>	2	3%
<i>Terreno dado pelo governo para determinado público</i>	1	2%

Para a forma como eles entendiam as ações de depredação do patrimônio escolar antes da intervenção, os alunos relataram um número amplo de compreensões acerca do tema em questão (SOUZA, 2014), tendo entre eles um pequeno número de respostas onde afirmaram não conhecer o problema. A tabela 3, apêndice 2, sintetiza os relatos obtidos pelos alunos de ambas turmas trabalhadas.

De acordo com a **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 1988, o patrimônio público é conceituado como bens culturais, materiais e imateriais (BRASIL, 1988), ressaltando, em seu artigo 5, que qualquer cidadão é constituído como sujeito legítimo para propor qualquer ação de caráter popular sobre situações que venham a causar danos ao patrimônio público (BRASIL, 1988). É notável que, por vezes, as escolas públicas são apresentadas em total abandono e são vítimas de vandalismo e depredação (SILVA & RIBEIRO, 2018), sendo que os agentes desses atos na maioria das

vezes são os próprios alunos da escola (SOUZA, 2014). Dessa forma, intervenções nessa perspectiva são extremamente necessárias (ASSMANN, 1996), visto que muitos desses alunos ainda não adquiriram consciência de que a escola se constitui um patrimônio público (SOUZA, 2013) que deve ser preservado por todos os cidadãos e que sua depredação é um delito constitucional (BRASIL, 1988).

Como evidenciado nos dados, tanto as noções de patrimônio público, como as de depredação escolar dos alunos em questão não se mostraram bem definidas e consolidadas (SILVA & RIBEIRO, 2018). Essa condição de inconsciência resulta na incapacidade de se reconhecerem como representantes e partes legítimas desse meio (SILVA, 2018) e, portanto, responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio público (SOUZA, 2014), visto que os mesmos não desenvolveram o sentimento de pertencimento a essa comunidade (ASSMANN, 1996; SILVA, 2018).

Se para Silva (2018, p. 132), “[...] entende-se que as relações de identidade e pertencimento ao lugar são mescladas no processo de apropriação e territorialização do espaço [...]”, esses processos são elementos necessários para a conservação do ambiente e patrimônio escolar e se constituem pilares para que ocorra essa conscientização. Ainda se tratando dos mesmos, torna-se relevante destacar que tendem não apenas a reiterar a importância da conservação da instituição escola (SOUZA, 2013), mas remeter seu vínculo com a formação do sujeito, frisando esse espaço como local de transmissão de cultura (SOUZA, 2014).

De acordo com Silva e Ribeiro (2018), através da educação patrimonial, é possível propor a articulação de diferentes saberes e é essa interdisciplinaridade que se torna necessária para o auxílio da incorporação do sentimento de pertencimento nos alunos. Ainda nessa mesma perspectiva, o desenvolvimento de um projeto interdisciplinar, ao mesmo tempo que ampliou a possibilidade de obtermos eficácia com as ações de conscientização (SILVA & RIBEIRO, 2018), proporcionou também articular o trabalho com um problema que se percebeu emergente (ASSMANN, 1996) e que só foi possível identificar no decorrer do desenvolvimento do estágio, pois, durante nossas vivências na escola, notamos que, no discurso de alguns docentes da instituição, existia um descontentamento com a aplicação de projetos extracurriculares, pois, segundo eles, para que esses projetos fossem executados, era necessária a interrupção do cronograma curricular das disciplinas.

Mesmo com a proposta de uma intervenção que buscou o diálogo com os professores para que os temas transversais fossem trabalhados através de projetos extracurriculares (SILVA & RIBEIRO, 2018), percebemos que, em relação a alguns professores, não há qualquer possibilidade de aceitação e, então, faz-se pertinente relatar que o engessamento desses docentes em resistir ao diálogo com o novo causa

uma desconformidade com a realidade da educação e da escola. Isso possivelmente é consequência da carência de outros projetos, como o de Educação Continuada, pois a Pedagogia como Ciência da Educação, assim como a Legislação Educacional, reafirma que propostas de interdisciplinaridade e de temas transversais devem ser efetivadas nas escolas por serem os instrumentos de diálogo entre as disciplinas e os temas que não são abarcados pelos currículos escolares (SOUZA, 2013), mas reconhecidos como essenciais na formação dos sujeitos (BRASIL, 2017) no que se refere às relações sociais e, por assim dizer, morais desses alunos (SILVA & RIBEIRO, 2018).

Lockmann e Traversini (2017) apontam que, por vezes, a escola torna-se uma instituição elástica onde sempre cabe mais um projeto ou programa para a solução de problemas de mais uma das várias dimensões sociais. Defendemos que essas ações são que apresentam possibilidades de diálogos com a comunidade escolar e busca de soluções para seus problemas evidentes (ASSMANN, 1996), porém, o contrário disso ocorre em muitas ocasiões, pela falta de articulação desses projetos com os docentes e com o próprio currículo escolar. Saviani (2011) aponta que há uma tendência a inverter a centralidade do currículo escolar dos conteúdos disciplinares aos projetos extracurriculares, pontuando que não se deve permitir ocorrer esta inversão, pois as atividades que constituem a composição principal dos ensinamentos escolares e que são organizadas pelo currículo da escola não devem se tornar secundárias, dando centralidade às ações extracurriculares, o que descaracteriza completamente o conjunto da organização escolar (SAVIANI, 2011).

Nessa perspectiva, além da articulação com professores que pudessem ministrar aulas sobre esse conteúdo com base em seu planejamento anual (SOUZA, 2014), optou-se por trabalhar com a matemática no desenvolvimento do plano de aula com os alunos das turmas onde foi aplicado o projeto, trazendo valores de custo com a aquisição dos itens apontados como mais depredados pela gestão e coordenação escolar – materiais como carteiras, mesas, cadeiras, portas, bebedouros, quadro, dentre outros –, possibilitando o cálculo dos custos totais para essa aquisição. Após serem elencadas as pequenas reformas necessárias na sala de aula, foi realizada a elaboração de um orçamento imaginário das mesmas, feito com auxílio dos alunos. Dessa forma, trabalhou-se a proposta de que, caso não houvesse a necessidade de aquisição frequente dos materiais apontados pela equipe gestora por conta de sua depredação, algumas das pequenas reformas estruturais assinaladas poderiam ser realizadas, assim como outros investimentos, como a aquisição de materiais de âmbito pedagógico.

Tendo em vista as soluções propostas pelos educandos para as depredações do patrimônio escolar (SOUZA, 2014), aplicou-se um questionário antes da realização do plano de aula, que evidenciou intervenções de caráter prático e, em sua maioria,

generalista, entre elas: “[...] os alunos ajudarem a preservar a escola [...]” (ALUNO 27, T103); “[...] Não quebrando as coisas [...]” (ALUNO 06, T103). Assim, outros fatores foram apontados previamente por esses alunos, como: ter consciência do nos seus atos, fiscalização rigorosa, proibir o uso por parte do alunado, parar de pichar e riscar as paredes, deixar de sentar em cima das carteiras, jogar o lixo nas lixeiras, conversar com os pais e alunos sobre ter cuidado com a escola e os materiais, uma melhor educação familiar, por meio de punições a quem realiza esse ato.

Após a dinâmica realizada com os valores, as soluções de intervenção propostas pelos alunos mostraram-se menos generalistas e mais elaboradas, por exemplo: foi sugerido pelos próprios alunos o desenvolvimento de um projeto estudantil sobre o tema (SOUZA, 2014), onde citaram ações com viés artístico, como o trabalho em grafite, a realização de saraus na biblioteca, a realização de aulas práticas sobre o zelo para com a escola e palestras para estimular os alunos a ter uma consciência de preservação, assim como a necessidade de maior fiscalização por parte dos professores e dos alunos, inibindo atos de depredação.

Essas, portanto, foram algumas das conclusões dos alunos, que foram declaradas como retorno do aprendizado adquirido com a intervenção. Em outras falas, ainda podemos destacar: “[...] informação, acredito que através de conhecimento os modos de qualquer pessoa podem mudar, pois, quanto mais informado um ser, mais ele dá valor as coisas que têm [...]” (ALUNO 04, T103); “Consciência de custo do que estão quebrando; ajudar na limpeza da escola” (ALUNO 22, T102 “Na minha opinião, eu acho que todos devem dialogar e ter consciência do que é certo e errado” (ALUNO 17, T103); e, por fim, apenas treze alunos não conseguiram desenvolver nenhuma forma de conceituar o problema apresentado.

Foi identificado, junto aos alunos, que a depredação do patrimônio escolar influencia na utilização dos recursos financeiros destinados às necessidades básicas da escola (SOUZA, 2014), como a reforma escolar proposta por eles. Dessa forma, conclui-se que a comunidade escolar precisa encontrar formas de evitar a depredação do seu patrimônio para que os recursos possam ser devidamente aplicados às necessidades essenciais da escola, evitando gastos desnecessários com a reposição do patrimônio material que é destruído (SILVA, RIBEIRO, 2018).

O último processo foi a exibição dos resultados para as turmas em forma de palestra. Um aspecto que consideramos negativo foi o fato do tempo de apenas 45 minutos cedidos pela escola, em conjunto com os professores, para a culminância com os alunos, o que acabou influenciando de forma não muito positiva a execução do trabalho, que necessitava de mais tempo de realização. Contudo, essas dificuldades foram superadas e foram finalmente mostrados os slides com o conteúdo dos resultados, onde, no aspecto geral, pode-se perceber

que, nas turmas em que se trabalhou com as intervenções, os alunos mostraram um interesse, participação e compreensão sobre o tema discutido (SOUZA, 2014). Como o evidenciado por esses alunos, aos mesmos foi permitido ampliar suas noções de patrimônio público, assim como a compreensão do que representa a depredação da instituição escolar (SILVA & RIBEIRO, 2018).

Percebeu-se, por meio dos resultados, que os alunos das turmas onde foram aplicados os questionários e o plano de aula passaram a ser capazes de propor soluções para o problema existente na escola, fazendo com que os mesmos se tornassem capazes de realizar questionamentos reflexivos em relação a sua conduta e a do outro (SOUZA, 2014), influenciando positivamente para a construção moral e para a visão de comunidade desses sujeitos (ASSMANN, 1996).

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto de intervenção por parte dos graduandos possibilitou percebermos que a participação efetiva de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar é essencial nas transformações sociais que vem a ser produzidas pelos envolvidos nessas relações, ação fundamental para a possibilidade da composição de uma gestão escolar democrática, onde se permita o diálogo, discutindo a escola a partir de uma perspectiva que possa formar um sujeito crítico e reflexivo, através de uma educação que se proponha emancipadora, libertadora e que assuma o compromisso de formar indivíduos conscientes sobre assuntos de caráter social que os envolvam através da exploração de temas transversais, como a questão do patrimônio público escolar.

Ao se executar este projeto interdisciplinar, buscou-se uma forma de articular o mesmo com o currículo disciplinar de maneira a valorizar tanto os conhecimentos especializados obrigatórios desse currículo, como os de cunho social e cultural, visando uma educação integral e reconhecendo a necessidade de se propor intervenções não apenas de forma pontual, mas sempre que percebida uma lacuna de conteúdos que precisam ser abordados por temas transversais, como o que foi desenvolvido no projeto sobre a Educação Patrimonial.

O processo de desenvolvimento do Plano de Intervenção possibilitou a melhora da percepção dos alunos acerca desse tema. Durante a realização, tivemos uma resposta bastante positiva por parte das turmas em que se aplicou esse plano em relação à interação com o tema proposto. Os alunos foram bem comunicativos acerca de toda dinâmica proposta pelos estagiários e perceberam que outras demandas poderiam ser resolvidas caso não estivesse faltando carteiras e mesas que precisassem ser substituídas e alguns espaços reconstruídos. A conservação e a preservação do patrimônio poderiam proporcionar reformas nos banheiros, na quadra de esportes, na troca de portas, ventiladores e outros equipamentos que tem um tempo de vida útil limitado e o resultado

percebido foi a reação de surpresa por parte dos alunos ao saber o custo para se poder realizar as demandas de reparos que a escola necessita em decorrência dos atos de vandalismo com seu patrimônio.

Reafirmamos a necessidade e a importância do desenvolvimento de projetos que tratem de temas transversais de forma interdisciplinar – em especial que abordem o tema Educação Patrimonial – com alunos da Educação Básica, para que esses percebam a importância de cuidar do patrimônio escolar como um bem comum a todos, visto que, se esses forem preservados, proporcionam uma melhor qualidade no desenvolvimento da função social da escola, tanto estrutural, como pedagógica.

O resultado identificado como menos satisfatório nas turmas em que se trabalhou com a implementação do projeto foi o tempo delimitado, pois demonstrou que a dedicação de um tempo maior para o diálogo e a interdisciplinaridade no fazer pedagógico são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de uma concepção mais crítica e reflexiva sobre a função social do patrimônio escolar e a necessidade de preservação e conservação do mesmo por parte dos alunos. Evidenciamos que os projetos na perspectiva interdisciplinar exigem um consenso por parte da gestão, da coordenação pedagógica, dos professores e estagiários responsáveis pela elaboração e execução dos projetos apresentados, tendo em vista harmonizar a implementação dos mesmos para que não haja prejuízos na carga horária obrigatória proposta para o ano letivo dos alunos. Porém, esse diálogo se mostrou como um desafio a ser enfrentado pela gestão e coordenação escolar, tendo, por vezes, como um de seus obstáculos, professores que se encontram engessados dentro de uma perspectiva mais tradicional e menos dialógica de ensino.

#### REFERENCES

- [1] ASSMANN, H. (1996). Treze colocações sobre a qualidade Cognitiva e social da educação. In: \_\_\_\_ (Ed). *Metáforas novas para reencantar a educação: epistemologia e didática*. (pp. 17-35). Piracicaba: Unimep.
- [2] BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 23 jun. 2020.
- [3] CRESWELL, J. W. (2007). **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. (Luciana de Oliveirada Rocha, Trad.). 2 ed.– Porto alegre: Artmed.
- [4] BRASIL (2017). *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 23 jun. 2020.

[5] FREIRE, P. (1989). *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[6] LOCKMANN, K; TRAVERSINI, C. S. (2017). Alargamento das funções da escola e redefinição dos conhecimentos escolares: implicações da educacionalização do social. *Revista de Educação Pública*, 26(63), 817-835.

[7] MINAYO, M. C. S; MINAYO, C. S. (2003). Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. (Cap. 8, pp. 117-142). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

[8] PRIOTTO, E. P.; BONETI, L. W. (2009). Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. *Rev. Diálogo Educ.*, 9(26), 161-179.

[9] SILVA, M. S. (2018). Sentimentos de pertencimento e identidade no ambiente escolar. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, 8(16), 130-141.

[10] SOUZA, L. *et al.* (2014). Escola e seus danos patrimoniais: uma análise a partir da percepção de alunos de uma escola pública no município de São Félix-BA. *Revista Formadores*, 7(3), 28-44.

[11] SOUZA, R. F. (2013). Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. *Revista Linhas*, 14(26), 199-221.

## APÊNDICE I –

TABLE II NOÇÃO PRÉVIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO

NOÇÃO PRÉVIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO			
TURMA	ALUNO	IDADE	DECLARAÇÕES DOS ALUNOS
T103	Aluno 01	16 anos	“[...] é uma propriedade sustentada pelos impostos que a gente paga, que os habitantes passam a utilizar no seu dia-a-dia”.
T103	Aluno 02	15 anos	“Para mim, patrimônio público é um local ou algo que está a disposição de todos”.
T103	Aluno 03	16 anos	“Que é uma coisa deixada pelos mais velhos para as gerações seguintes”.
T103	Aluno 04	16 anos	“Lugar onde pessoas que não têm boa condição financeira frequentam”
T103	Aluno 05	17 anos	“É um direito público que todos podem usufruir”.
T103	Aluno 06	16 anos	“Algum prédio do Estado”.
T103	Aluno 07	16 anos	“Não sei muita coisa, só sei que devemos conservar”.
T102	Aluno 08	16 anos	“O patrimônio público que um lugar onde turista pode ir visitar e também é um patrimônio que o Governo deveria cuidar um pouco mas”.
T102	Aluno 09	16 anos	“O patrimônio público são as praças, obras que foram criados ao ar livre”.
T102	Aluno 10	16 anos	“São os bens direitos e obrigações de valor econômico e pertencentes a uma pessoa ou empresa”.
T102	Aluno 11	15 anos	“São para seres admirados”.
T102	Aluno 12	15 anos	“Patrimônio publico é os edifícios que o governo cede a população.”
T102	Aluno 13	15 anos	“Patrimônio público é algum lugar que alguém pode interagir e trabalhar”.
T102	Aluno 14	15 anos	“Entendo que é muito bom ter uma escola pública na nossa cidade, porque nem muitas pessoas têm condições financeiras de proporcionar uma escola particular, uma escola boa, apesar de muitas pessoas estarem ocupando o lugar de muitas pessoas que queriam estudar”.

APÊNDICE II –

TABLE III NOÇÃO DE DEPREDAÇÃO ESCOLAR

NOÇÃO DE DEPREDAÇÃO ESCOLAR			
TURMA	ALUNO	IDADE	DECLARAÇÃO DOS ALUNOS
T103	Aluno 15	15 anos	“Observo que é uma questão que precisa ser trabalhada, pois a escola é algo que devemos preservar, não só a escola, mas qualquer espaço público”.
T103	Aluno 16	15 anos	“A depredação é muito constante nas escolas, pois, alguns alunos inutilizam os bens escolares, por exemplos os bebedouros, merendas e cadeiras”.
T103	Aluno 17	15 anos	“Eu acho um absurdo quando um aluno quebra algo da escola, isso na verdade é vandalismo, infelizmente esses alunos devem ser punidos ou denunciado para a mãe, porque a educação vem de casa”.
T103	Aluno 18	15 anos	“Como vandalismo, uma coisa que não deveria acontecer, mas que acontece muito por não terem respeito por algo deixado por nós”.
T103	Aluno 01	16 anos	“Eu, vejo que a escola já não tá muito legal na questão da estrutura, pintura, e os alunos acabam por cada dia mais piorar o que já tá ruim”.
T103	Aluno 19	Não identificado	“Quem faz isso é um idiota porque ele acaba com uma coisa que ele se beneficia”.
T103	Aluno 02	15 anos	“Alguns alunos jogam lixo nos corredores em vez de jogarem no lixeiro, jogam lixo nas valas que escorrem a água fazendo com que elas fiquem entupidas. Alguns até riscam as cadeiras, as mesas e as paredes da escola”.
T103	Aluno 04	16 anos	“Ao chegar na sala e não ter carteiras disponíveis, pois muitas estão quebradas pelo corredor, as pichações nos muros e paredes, a quebra dos materiais necessários para nós como bebedouro e utensílios”.
T103	Aluno 03	16 anos	“Como ato de pixação, pois ele faz isso pelo seu entretenimento”.
T103	Aluno 20	16 anos	“Como um desrespeito aos alunos que realmente querem estudar, e acabam sendo os mais prejudicados, como eu por exemplo, que fiquei quase um ano todo carregando cadeira para estudar pela falta”.
T102	Aluno 21	16 anos	“Não de todo mal, pode melhorar muito, é seria muito interessante é porque o nome do lugar ficaria mas bem falado é mais valorizado”.
T102	Aluno 22	16 anos	“Muitos casos no cotidiano são de casos precários nas escolas a infraestrutura, faltas de professores e muitos outros mais eu acho que também são culpa dos alunos porque não cuidam da escola e alguns fazem e pincha as paredes, quebra cadeiras e muitos outros casos de vandalismo”.
T102	Aluno 23	16 anos	“É o cuidado e o zelo que temos na escola”.